

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Errata à Resolução nº 1562/2012 - DGP 2

Resolução nº 1563/2012 - DGP 2

Resoluções de Afastamentos nº 496 a 503/2012 2

SUMÁRIO

Atos Legislativos

Ata da 2163ª Sessão Ordinária - Sucinta 3

Ata da 2152ª Sessão Ordinária na Íntegra 4

 Ata de Reunião da Comissão de Orçamento,
 Fiscalização Financeira, Tributação e Controle 10

 Ata de Reunião de Instalação da Comissão
 Especial Externa - Resolução nº 023/2012 10

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

EXPEDIENTE

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO
ERRATA

RETIFICAMOS, na seção **ATOS ADMINISTRATIVOS**, publicados no Diário da Assembleia, Edição nº 1469 de 30/11/2012, referente resolução, nº 1562/2012 de 29/11/2012, tornando sem efeito, o nome do Senhor **Francisco Pinheiro dos Santos**, haja vista o mesmo não pertencer ao quadro de servidores desta Casa de Lei.

Palácio Antônio Martins, 04 de dezembro de 2012.

BENVINDA THOME AVELINO
 Diretora de Gestão de Pessoas

RESOLUÇÃO Nº 1563 /2012-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º AUTORIZAR a servidora **Cintia Maria do Carmo Feitosa**, usufruir férias suspensas nos períodos de 01/10/2012 a 30/10/2012 e 28/11/2012 a 27/12/2012 referentes aos exercícios de 2006/2007 e 2008/2009, conforme Memo. nº 035/2012 – Consultoria Legislativa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/10/2012.

Palácio Antônio Martins, 04 de dezembro de 2012.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
 Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA
 1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
 2º Secretário

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
R E S O L U Ç Ã O Nº 496/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **RAFAELA BARBOSA PEREIRA, Assessora Parlamentar V**, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 03.12 a 10.12.2012, com a finalidade de participar de intercâmbio de sobre Processo Legislativo junto a Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 03 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 497/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **DHIEGO COELHO FOGAÇA**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 04.12 a 07.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 498/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **DHIEGO COELHO FOGAÇA**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 10.12 a 14.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes a Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Ação Social, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O Nº 499/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JANE JOSÉ DA SILVA**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 06.12 a 10.12.2012, com a finalidade de participar de reuniões e visitas junto à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 500/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **MAIRA MARIA RODRIGUES DA SILVA, Assistente Parlamentar V**, para viajar com destino a cidade do Rio de Janeiro-RJ, no período de 04.12 a 08.12.2012, com a finalidade de participar de treinamento no Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 501/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **MÁRCIA REGINA DOS SANTOS FERREIRA, Auxiliar Parlamentar II** para viajar com destino a cidade de Fortaleza-CE, no período de 04.12 a 11.12.2012, com a finalidade de participar de encontro de servidores de Assembleia Legislativa do Norte/Nordeste, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 502/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

ALTERAR a Resolução nº 489/2012, de 30/11/2012, do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOAQUIM DE FREITAS RUIZ**, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1470, de 03/12/2012, cujo afastamento ocorrerá de 09.12 a 13.12.2012, para a cidade de Manaus-AM, em virtude de adiamento das reuniões na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, conforme MEMO/GAB/JOAQUIM RUIZ/Nº039/2012, datado de 03 de dezembro do ano em curso.

Palácio Antônio Martins, 04 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 503/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

ALTERAR a Resolução nº 490/2012, de 30/11/2012, dos servidores **CRISTINE AMORIM OLIVEIRA, Assessora Parlamentar FS-5** e **HILDO LOPES DE LIMA, Assessor Parlamentar FS-4**, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1470, de 03/12/2012, cujo afastamento ocorrerá de 09.12 a 14.12.2012, para a cidade de Manaus-AM, em virtude de adiamento das reuniões na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, conforme MEMO/GAB/JOAQUIM RUIZ/Nº039/2012, datado de 03 de dezembro do ano em curso.

Palácio Antônio Martins, 04 de dezembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e nove de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima sexagésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalsler Renier, proceder à leitura do Expediente. RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Ofício nº 022/12, de 28/11/12, do Deputado Francisco da Silveira, comunicando sua ausência na sessão ordinária do dia 28/11/12. RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO: Mensagem Governamental nº 050/12, de 28/11/12, comunicando veto total do Projeto de Lei nº 011/12, que "Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede privada no Estado de Roraima, nas hipóteses que especifica", de autoria do Deputado Brito Bezerra. Mensagem Governamental nº 051/12, de 28/11/12, comunicando veto total do Projeto de Lei nº 052, que "Dispõe sobre a cobrança de serviços médicos e de saúde prestados pelo Estado de Roraima, e dá outras providências". Mensagem Governamental nº 052/12, de 28/11/12, comunicando veto total do Projeto de Lei nº 086/2011, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas terceirizadas vencedoras de licitações públicas, no âmbito do Estado de Roraima, a reservarem no mínimo 3% do total de vagas existentes na contratação de obras e de serviços aos sentenciados, e dá outras providências". Mensagem Governamental nº 053/12, de 28/11/12, encaminhando à elevada deliberação o Projeto de Lei que "Aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado extraordinária para assuntos Internacionais - SEAI". EXTERNO: Ofício Circular nº 50/12, de 17/08/12, da Secretaria Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recurso do Fundo Estadual de Assistência Social. GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado Marcelo Natanael iniciou reportando-se às denúncias recebidas em seu gabinete por alunos bolsistas da Faculdade Atual que foram cadastradas em 2009 e 2010, referente ao não pagamento das mensalidades há mais de um ano, por parte do Governo. De acordo com o Senhor Parlamentar, a Secretaria da SETRABES informou que foi feito um pacote para renovação da matrícula no ano passado, mas, por conta da inadimplência, a faculdade se manifestou desfavorável a qualquer tipo de renovação, se não houver o pagamento das mensalidades atrasadas. Continuando, fez um apelo aos seus Pares, em especial aos membros da Comissão de Educação, para que possam averiguar junto ao Ministério Público a veracidade dessas denúncias. Em seguida, comentou o asfaltamento da Vicinal que liga Bonfim a Vila São Francisco, salientando que é favorável a qualquer obra que favoreça o desenvolvimento do Estado, no entanto, na opinião do Senhor Parlamentar, o Governo do Estado deveria estar mais preocupado em investir mais na saúde, e ouvir o clamor do povo, que com certeza iria saber que ao invés de asfalto, eles iriam querer mais investimento na saúde, uma vez que é inaceitável um hospital faltar até leito para os pacientes. Finalizou, lamentando o descaso do Governo do Estado com a saúde pública, destacando que o Hospital Geral foi construído na década de 90, quando Roraima tinha em torno de 180 mil habitantes e hoje, está perto de 500 mil e o hospital continua com a mesma infraestrutura. O Senhor Deputado Brito Bezerra iniciou parabenizando o Senhor Deputado Jânio Xingú, em reconhecer publicamente que o Estado está desgovernado, convidando-o a fazer parte do bloco de oposição para que possam juntos fortalecer esse grupo que trabalha incansavelmente em prol da sociedade. Prosseguindo, reportou-se a nota publicada pelo ex-Secretário Municipal de Saúde, Doutor Wirlande da Luz, quando afirma ser ilegítima a ação da Assembleia Legislativa para arrecadar donativos para o Hospital da Criança, denominando ainda de "É de lascar" e dizendo que a situação vem se alastrando, ao longo dos anos, e que é do conhecimento do CRM, mas os Poderes públicos não tomaram as devidas providências para, pelo menos, atenuar a situação. De acordo com o Senhor Deputado, um dos

motivos para a calamidade do Hospital da Criança é o não repasse de recursos do Estado para o município, causando à população grandes prejuízos. Em seguida, dirigiu-se ao Doutor Wirlande dizendo que ele deveria, quando Secretário, ter trabalhado para que o hospital funcionasse e pudesse oferecer àquelas crianças uma saúde de qualidade e não ficar criticando uma iniciativa desta Casa que, segundo o Senhor Deputado, é louvável, solidária e não política e os colaboradores estão imbuídos para encontrar uma saída para o caos e amenizar o sofrimento daquelas famílias que precisam do serviço público. Prosseguindo, teceu comentários sobre o anexo ao projeto de lei encaminhado pelo Executivo a esta Casa, que objetiva conceder a redução da base de cálculos no ICMS nas operações com mercadorias de bens destinados à construção, operação e manutenção de subestação de linhas de transmissão e subtransmissão de energia elétrica de alta tensão às empresas contratadas em regime de concessão pelo poder público federal, estadual e municipal para execução no Estado de Roraima. De acordo com o Senhor Parlamentar, esses recursos são federais, não tem a contrapartida do Estado, são empresas bilionárias que executarão as obras e já está incluso os lucros, os tributos sociais e contratuais que as empresas têm a pagar a partir do momento em que ganharem a licitação. Finalizou dizendo ser inadmissível em Estado que o próprio governador e os Deputados da base aliada afirmam que está falido por não ter arrecadado, sequer consegue repassar o duodécimo dos Poderes, apresentar um projeto em que abdica 90% do ICMS, que é direito do Estado, em benefício de empresas bilionárias, ressaltando que, se o projeto for aprovado esta Casa estará legalizando o pagamento de propina. O Senhor Deputado Joaquim Ruiz iniciou parabenizando a Empresa de Transporte AMATUR pelos seus 22 anos de atuação no Estado gerando emprego e renda, apesar de estar enfrentando momentos difíceis contra o lobby poderoso das empresas nacionais, causando prejuízos aos usuários. Dando continuidade, reportou-se a nota de autoria do Presidente do Conselho Regional de Medicina, dizendo que ainda não viu nenhum posicionamento do Conselho com relação a médicos que detém seis contratos e, que quando vão atender pacientes, nem olham no seu rosto para prescrever um receituário, denotando um exacerbado corporativismo, principalmente dos médicos mais antigos, em detrimento dos mais novos, ressaltando que o Doutor Mário Marciel, médico urologista, por ser mais jovem só está conseguindo marcar cirurgia no Hospital Geral de Roraima para pacientes com câncer avançado de próstata para o mês de fevereiro. Prosseguindo, afirmou que o Presidente do Conselho Regional de Medicina, antes de criticar este Poder, deveria verificar como os médicos antigos tratam os pacientes, inclusive mesmo de plantão, pagos pelo povo, ficam em casa dormindo. De acordo com o Senhor Parlamentar, os médicos antigos boicotam os médicos recém-formados, que estão se especializando, investindo na sua capacidade profissional. Em seguida, informou que quando Prefeito de Iracema fez um Projeto de limão para Vila São Raimundo em 2001, onde a maioria dos habitantes pertencia a uma mesma família, segundo o Senhor Parlamentar a prestação de contas desse Projeto foi realizada em 2003, sendo aprovada e a obra concluída. Contudo, após ter sido sucedido por dois Prefeitos, a CGU novamente fiscalizou o projeto e afirmou que houve um compadrio, devido a apenas duas famílias terem sido contempladas, apesar de serem representadas por 32 pequenos agricultores que estavam trabalhando na terra. Segundo o Senhor Parlamentar, ele não cometeu nenhum crime, pois apenas viabilizou às pessoas que precisavam produzir e viver daquela terra. Todavia, destacou que em 2012, apesar de terem passados 9 anos do Projeto aprovado e do Ministério da Agricultura dizer que estava tudo legal, a CGU tomando como base um relatório confeccionado por um administrador de empresa, ordenou que a Caixa Econômica abrisse uma tomada de contas para que fosse devolvido o recurso, alegando que o mesmo era inviável e estava mal elaborado, apesar de ter sido aprovado, anteriormente, pelos técnicos da Caixa Econômica tendo na equipe uma engenheira agrônoma, inclusive com mestrado. De acordo com o Senhor Parlamentar, se o projeto foi mal analisado a responsabilidade não é do gestor, e sim dos técnicos que os aprovaram para a liberação dos recursos. Dessa forma, afirmou que os órgãos de fiscalização federal não se entendem, procurando prejudicar somente os prefeitos do interior, uma vez que, nunca se viu nenhum Prefeito de Capital ser penalizado. Prosseguindo, informou que tem dois processos correndo na justiça, apesar do TCU já ter reconhecido a veracidade da documentação apresentada, tendo seu nome exposto nas redes sociais por desvio de recursos, destacando que no Estado não há uma ouvidoria no Ministério Público Federal para denunciar tal fato. Em seguida, informou que realizou uma pesquisa a nível nacional e constatou que todos os prefeitos que celebraram convênio com o Governo Federal

tiveram algum tipo de problema com as fiscalizações, uma vez que não há entendimento entre os órgãos de fiscalização, causando constrangimento aos gestores que muitas vezes são tratados pela mídia como ladrões. Finalizou dizendo que exerceu diversos cargos públicos no Estado e que nunca desviou recursos públicos, ressaltando ainda, a necessidade de revisão na forma de fiscalização que não analisa a razoabilidade dos projetos apresentados no interior de todo o País. O Presidente da Frente Nacional Legislativa em defesa da criança e do adolescente, Deputado Carlos Antônio de Souza Costa (PSC-GO) Iniciou seu pronunciamento agradecendo a Deputada Angela Portela pelo convite para participar de um encontro dos conselheiros tutelares no dia trinta do corrente. Em seguida, reportou-se a situação das crianças e dos adolescentes no país, destacando que defensores das questões familiares como a Deputada Angela Portela é que fazem a diferença. Prosseguindo, fez uma reflexão sobre o momento delicado por qual passa a política, onde é preciso ter cuidado redobrado nas ações e posicionamentos para não serem mal interpretados. Segundo o Senhor Parlamentar, cabendo às pessoas distinguirem o bom político do péssimo político, mas que, infelizmente hoje, estão colocando todos no mesmo nível, o que prejudica os de boa índole. Finalizou agradecendo a recepção e atenção dispensada por todos e colocou-se à disposição no que puder contribuir em termos de experiência no seu Estado de origem. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente em exercício, Deputado Chicão da Silveira, anunciou para pauta da ordem do dia discussão e votação em turno único do projeto de Lei nº 100/11, que “Institui a Taxa de Serviços Administrativos-TSA no âmbito da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos FEMARH, em apenso Projeto de Lei nº 090/11”, de autoria Governamental; Projeto de Lei nº 043/12 que “Dispõe sobre a produção, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxico, seus componentes e afins, no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 048/12, que “Altera a Lei nº 837, de 17 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2012-2015”, de autoria governamental e do Projeto de Lei nº 049/12, que “Cria os cargos de cirurgião dentista em suas diversas especialidades, e dá outras providências”, de autoria governamental. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor primeiro Secretário proceder à leitura da Resolução nº 024/12, que cria a Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 005/12. Prosseguindo, suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões, em conjunto, pudessem analisar e emitir parecer às referidas matérias. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão informando aos Senhores Deputados que por falta de quorum na Comissão, a pauta da ordem do dia foi transferida para a próxima Sessão. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: O Senhor Deputado Soldado Sampaio, em nome do bloco de oposição, disse que só participará das votações quando o Requerimento de convocação do Senhor Governador, for apreciado. O Senhor Presidente, em resposta ao Senhor Deputado Soldado Sampaio, disse que obstruir a votação das matérias constantes da ordem do dia é um direito regimental de cada Deputado, no entanto, informou que as matérias que estiverem na pauta serão votadas, independente de serem ou não aprovadas. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 03, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Angela A. Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Erzi de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 04/12/12

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2152ª SESSÃO, EM 30 DE OUTUBRO 2012.
 44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.
 (Em exercício)

Às nove horas do dia trinta de outubro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quingentésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Convidou o Senhor

Deputado George Melo para atuar como Segundo Secretário Ad hoc. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário Deputado Jalser Renier, proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (George Melo) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura do Termo de não realização da Sessão do dia vinte e quatro de outubro.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Projeto de Lei nº 095/2011 e Parecer Recorrido nº 27/2011, de 24/10/12, do Deputado Rodrigo Juca, Recurso ao Colendo Plenário da Assembleia Legislativa de Roraima.

-Ofício nº 051/12, de 24/10/12, do Deputado Marcelo Natanael, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25/10/12.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

-Mensagem Governamental nº 045, de 29/10/12, informando que o Governador do Estado de Roraima estará ausente do País dia 30 de outubro de 2012.

EXTERNOS:

-Ofício nº 1947/12, de 24/10/12, Caixa Econômica Federal, informando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

-Ofício nº 1950/12, de 24/10/12, Caixa Econômica Federal, informando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

Era o que constava no Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) procedo à chamada.

O Senhor Deputado George Melo – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores, hoje ocupo esta tribuna para fazer alguns questionamentos que ao longo da semana passada foram colocados aqui, principalmente pelo nobre Deputado Flamarion Portela, com relação à evolução do PFE, pois os dados colocados pelo nobre Deputado me chamaram atenção. Nos dados colocados pelo Deputado Flamarion, o Estado, no ano de 2010, tinha 1.210.088.000,00, no ano de 2011, 1.490.596.000,00, e no ano de 2012, 1.500.000.000,00. A pergunta é a seguinte: como o Deputado chegou a esses números? Ele chegou a esses números quando retira simplesmente o FUNDEB e passa a ideia de que o Estado sempre tem arrecadado mais do que precisa. E nós, ao fazermos um levantamento desse orçamento em 2010, 2011 e 2012, tivemos retenção do PASEP, do INSS empresa, do INSS de multas, e o que aconteceu nessa multa? Quando os Governadores Ottomar, Neudo Campos e Flamarion Portela não recolheram o INSS do trabalhador, isso gerou uma multa absurda e foi feita uma renegociação. E, a partir daí, o Estado começou a pagar o INSS. Houve parcelamento do INSS, dedução da saúde, dedução do FUNDEB que são 20% União e 05% Estado. Toda essa dedução trouxe um orçamento de 1.122.000.000,00, mas em 2009 veio 646.000,00; em 2010 foi de 1.210.000.000,00, mas veio 693.000,00; em 2011 foi de 1.141.000,00, mas veio 646.000,00. Senhores, criou-se uma ideia de que o Estado arrecada muito. Deputados Naldo e Joaquim, esse fatiamento de aproximadamente seiscentos mil a oitocentos mil, quando você leva em consideração que há divisão dos poderes, e nessa divisão, por exemplo, a Assembleia Legislativa ficou em 2012 com 129 milhões; o Tribunal de Contas com 42 milhões, o Tribunal de Justiça com 117 milhões; o Ministério Público com 55 milhões; a Defensoria com 17 milhões, o qual, agora, deve ser em torno de 30, e o Ministério Público de Contas com 6 milhões. E, é a partir dessa divisão que se tira o líquido do Estado para custeio. Então, é preciso que isso seja colocado, ou seja, foi dito aqui que o Estado neste ano arrecadou mais. Em abril do ano passado foi arrecadado 126 milhões, em 2012, 139 milhões. Houve, na visão distorcida, um

aumento de quase 10 milhões e, esse crescimento é previsto em lei orçamentária da União. Na verdade, não se aumentou nada, continua o mesmo orçamento com 10% a mais, porque as coisas evoluíram, os preços cresceram. Mas, nesse mesmo ano, em julho, onde se tinha 111 milhões do ano passado, o orçamento está em 99 milhões. Ora, se perdeu, quando tinha que ter, naturalmente, esse ano no mínimo 121 milhões para ganhar nada pois veio 99 em julho, em agosto do ano passado 114 milhões, esse ano 109 milhões. Então, sobre o orçamento, o que eu tenho ouvido dizer é que o Estado arrecadou mais, tem superávit, senhoras e senhores. Isso aqui são números, e eles estão para ser discutidos, porque eu não entendo como é que em uma crise mundial, onde o maior índice que compõe o FPE, que o IPI, pode ser reduzido e o Estado continuar ganhando. Eu não sei que mágica é essa. As prefeituras, no Brasil inteiro, praticamente quebraram, os Estados pequenos estão sofrendo com isso e eu não entendo como é que na tribuna desta Casa, se fala em superávit e aumento de arrecadação, pois os números que eu recebi colocam em xeque essa afirmativa. Inclusive, li uma declaração da Senadora Ângela Portela e eu a perdoo, porque ela nunca foi governadora, talvez ela ainda não tenha a experiência, mas por exemplo, o Deputado Flamarion já foi governador; o dono da Folha, o Doutor Getúlio Cruz, já foi governador, e eles têm consciência de que o Estado passa por dificuldades. Mas, o que foi colocado aqui, é que havia um bilhão de arrecadação. E eu dizia: meu Deus, como é que o Estado está vivendo essa penúria e se fala em um bilhão de reais? Como é que o Estado passa por uma dificuldade, um momento tão delicado como esse? E, fui buscar esses números para que pudesse ter segurança de que o que está sendo dito aqui, é feito com embasamento técnico. Na verdade, esses números que o Deputado Flamarion falou, são números do Tesouro e batem realmente com o orçamento, só que as deduções só são feitas do FUNDEB e aparece realmente um bilhão, mas é preciso ser dito que as outras deduções comportam também o orçamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio - Deputado George, Vossa Excelência não estava aqui ainda na legislatura passada, há alguns meses atrás. Nós até concordamos com os números que Vossa Excelência traz e, acredito que são números que o Governo deve ter repassado para Vossa Excelência como componente da base do Governo. Nós discutimos nesta Casa, exaustivamente, exatamente que este Estado iria passar por uma crise. Há dois, três anos nós viemos alertando: “o Governo Federal está desonerando algumas coisas. O Governo Federal está fazendo redução do IPI”, os efeitos primeiros foram percebidos nas prefeituras como Vossa Excelência falou. A Prefeitura de Boa Vista, de Alto Alegre, a maioria das prefeituras, aquelas que não têm arrecadação própria, principalmente as que vivem basicamente das transferências, como foi o caso da de Boa Vista e da de outros municípios do Estado estão em crise. E, nós alertávamos, Deputado George Melo, quando o Senhor ainda não estava nesta Casa, que a crise iria atingir o Governo do Estado e pedimos, por várias vezes, há alguns Deputados inclusive, que o Governo do Estado tivesse cuidado com suas folhas de pagamento, com o aumento das despesas correntes e a diminuição das receitas. Eu não sei que tipo de economista que estava cuidando disso, mas com o perdão da palavra, naquele tempo, há um ano atrás, o Governo estava comendo como um pinto e defecando como um pato. Já estava gastando mais do que estava ganhando. E, por várias vezes nós alertamos nesta Casa: “a crise vai atingir o Governo!” Chegou ao ponto de nós fazermos um pacto para não votarmos mais reajuste salarial diferenciado, porque da maneira que a coisa caminhava, o Governo ia quebrar. Enquanto isso, outras classes trabalhadoras ficavam fazendo movimento, de forma justa, como ocorreu com os trabalhadores da área da saúde, da mesma forma com os da Polícia Militar e da Polícia Civil. E, não se planejou isso para que pudéssemos ter esse horizonte sombrio, que se diga de passagem ainda vai perdurar, pois, agora mesmo, a Presidente Dilma prorrogou por mais dois meses a redução de IPI. Então, não é uma surpresa para o Governo, se ele não esperava por isso, é incompetente. Muito obrigado!

O Senhor Deputado George Melo continua – Senhor Deputado Ionilson, eu acompanhei atentamente o seu pronunciamento. Vossa Excelência, que é um Deputado que investe no nosso Estado, sabe muito bem da situação do Estado hoje. Nós temos investimentos, rodovias sendo asfaltadas, sejam elas em Alto Alegre, Cantá. O Sul do Estado está sendo beneficiado. Isso se chama investimento, não.

Aparte concedido ao Deputado Ionilson Sampaio – Feito com empréstimo que esta Casa autorizou.

O Senhor Deputado George Melo continua – eu já vi Governadores pegarem dinheiro aqui, empréstimos, e jogar o dinheiro

no meio do lavrado. Hoje os empréstimos que foram feitos tiveram um direcionamento, se Vossa Excelência andar pelo interior do Estado, vai ver que está quase tudo eletrificado, as nossas rodovias Estaduais estão asfaltadas. Então, isso tem sido a resposta do dinheiro que está sendo pego pelo Governo.

Com relação ao aumento do salário diferenciado, eu entendo que deveria ter sido feito um planejamento mais criterioso, mas o aumento que foi dado aos trabalhadores vai circular aqui dentro do Estado. E, nós sabemos que o Estado não é composto só por funcionários públicos, os nossos produtores rurais precisam de apoio. Se só os nossos funcionários receberem salários altos e os produtores não produzirem, vamos ter que trazer alimentos caros de fora. Então, é preciso que esse dinheiro circule em Roraima, é preciso darmos condições aos nossos produtores rurais, e isso está sendo feito neste Governo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Primeiramente, quero parabenizar Vossa Excelência pela coragem que tem de vir a tribuna desta Casa defender o governo e, legitimamente falando como representante do povo, entendo o posicionamento de Vossa Excelência por ser da base do Governo. Mas, eu quero dizer ao ilustre Deputado que ando muito neste Estado e a sensação, o sentimento que o povo do nosso Estado tem, hoje, é de abandono, o sentimento que tem o produtor rural é de abandono, da mesma forma o comerciante, os servidores públicos. O Município de Boa Vista vem decaindo substancialmente com queda do FPM, isso é verdade, mas, o mesmo não acontece com o Estado. Nós comprovamos com números que o Estado só decaiu nos últimos 3 meses, no final do ano, o que é natural, principalmente devido às isenções do IPI, mas o Estado de Roraima tem arrecadado mais, tem vindo para o governo muitos recursos. A crise é de gestão, não é financeira, pois temos recursos suficientes para atender a demanda do nosso povo. Eu sei que Vossa Excelência entende isso. O nosso Estado tem recursos, com os quais, se bem administrados, viveríamos em um local que seria um modelo de administração para o nosso País. O povo do nosso Estado teria dignidade e qualidade de vida. Vossa Excelência pode ter certeza que os desmandos não ficam só na questão de administração pública do Governo com os recursos públicos não. Veja a situação do IPER. Nós, Deputados, recebemos todos os dias, mensagens a respeito do dinheiro dos servidores, e o que vamos fazer? Estamos vivendo uma crise institucional em todos os poderes, se não tomarmos providências enérgicas, e foi para isso que fomos eleitos, vamos viver ainda uma crise ainda maior. O povo nos cobra providências, e não estão sendo cobradas providências. O Executivo tem que ser exemplarmente penalizado por conta da desgraça que está passando o povo do Estado de Roraima. Muito obrigado!

O Senhor Deputado George Melo continua - Com todo o respeito, pois tenho o maior carinho por Vossa Excelência, mas não sei aonde estava nos outros Governos, porque eu andava para o Paredão e a pessoa para chegar até lá, tinha que ser profissional de rodeio, as estradas eram tão ruim, da mesma forma a do Alto Alegre e a BR 174, mas isso, agora, está sendo resolvido. Vossa Excelência como produtor e empresário, sabe que hoje tem uma estrada boa para os seus caminhões trazerem alimento para Boa Vista. Vossa Excelência erra quando leva para o lado pessoal a questão partidária. Deputado Brito, esse Governo pode não ser o Governo que nós sonhávamos, mas é de longe o melhor Governo que já se teve aqui. Hoje, nós temos estradas, o produtor rural pode estar insatisfeito, pois felizmente, vivemos numa democracia, e as pessoas têm a vontade e o direito de pensar como quiserem, mas temos que dar a César o que é de César. Neste Governo, ao irmos para o interior, vemos que há energia elétrica em quase todo o Estado. Hoje, o Empresário de Roraima é beneficiado com a BR 174, que em vista do que era, estar muito melhor. Agora, eu respeito a questão partidária, pois esta é uma Casa democrática, as pessoas podem colocar os seus posicionamentos, entretanto, estou falando de números. Eu mostrei aqui para vocês o Fundo de Participação do Estado, Líquido, de 2008, 2009, 2010 e 2011. E, quero que alguém conteste esses números, pois na outra sessão eu vou está aqui com vocês. Líquido, inclusive com repasse dos Poderes. Eu acho que o foco da discussão é esse. O Obama esta prestes a perder as eleições nos Estados Unidos porque o mundo está em crise. A Dilma teve que fazer ajustes, porque senão o setor empresarial poderia quebrar e as pessoas iriam ficar desempregadas. E aqui, nesta Casa, temos que discutir o orçamento para o ano que vem condizente com a situação do nosso Estado. Infelizmente o momento é difícil, mas temos que ter coragem para que possamos fazer essas discussões de forma madura. Gostaria muito de chegar aqui e dizer que o trabalhador vai ter aumento, mas nós não

temos condições de pagar nem o salário mensal do trabalhador. É preciso que essa discussão ocorra aqui de forma democrática, consciente para que esses números possam vir de encontro com o orçamento no ano que vem, 2013, e é por isso que estou levantando isso, para que possamos discutir esses números e elaborarmos um orçamento dentro das condições do nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Eu queria, para engrandecer o seu discurso, lembrá-lo porque eu acho que o Senhor está andando por uma estrada e nós por outra estrada. Eu fui agora, no dia 20, ao Paredão e na vicinal 2 só passa caminhonete traçada, na vicinal 6, também no paredão, andamos 5 quilômetros de carro, nos outros 10 quilômetros só se anda de jumento ou de avião. No Sul do Estado, Vossa Excelência falou que o governo está asfaltando, eu acho que o asfalto está embaixo da terra ou está no ar, pois moro lá há 32 anos e não tem asfalto. Na vicinal 26, que era o sonho dos olhos do Governador, se um jumento deitar, o rabo e a cabeça caem fora do asfalto, pois lá não tem asfalto, é ilusão. Para a BR 210, 78 milhões foram destinados pelo Governo do Estado junto com o Governo Federal, as placas da obra foram colocadas, mas as máquinas, agora em 2010, derrubaram as placas, deixaram o local e lá só resta o acampamento. Eu acho que o Senhor está indo por uma via e nós, por outra. Está faltando gerenciamento no Estado, o Governo tem que cobrar dos seus Secretários seriedade no serviço público, pois as vicinais estão interditadas no Paredão, no Sul do Estado. No Amajari, terra do Deputado Célio Wanderley, nas vicinais também andamos com dificuldade. Precisamos juntar o Governo do Estado e seus Secretários e dizer: vamos fazer ou vamos abandonar o Estado. Quero pedir a Vossa Excelência que não defenda uma coisa que não existe, porque o asfalto nas estradas do Paredão, não existe, nas do Sul do Estado, não existe. Estamos aqui defendendo o povo de Roraima. Precisamos que o povo seja atendido com os recursos do Estado, principalmente as pessoas que vivem da agricultura familiar. Na terra do Deputado Chicão, tem uma Senhora, na vicinal 6, que me falou o seguinte: Deputado, eu, mês passado, fretei um caminhão para levar a minha produção para a feira do produtor e me cobraram 500 reais pelo frete porque a estrada não existe. Eu levei a minha produção, vendi e apurei 800 reais, por isso não é conveniente pagarmos frete de caminhão. Segundo ela, lá só tem um caminhão, não sabemos se é verdade, vamos procurar o vice-governador, que é Secretário de Agricultura, que é alugado, pago pela Secretaria de Agricultura, mas o caminhão não roda porque a estrada está intrafegável.

O Senhor Deputado George Melo continua – Vossa Excelência lembra quando a BR-174 foi asfaltada, a que liga Manaus/Boa Vista, que saltava pedaços de asfalto? Preste bem atenção que houve trabalhos de governadores anteriores muito piores do que o do atual. O Senhor anda hoje na BR-174 e sabe que o asfalto é de primeira qualidade. É preciso que a gente tenha coerência, a estrada do Paredão vai ser asfaltada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Eu vim do Jundiá semana passada e só há máquinas trabalhando em um trecho de 200 metros, no restante só há acampamentos. As obras na estrada está parada, e ainda há o perigo delas não serem finalizadas, porque não se faz pavimentação de estrada no inverno.

O Senhor Deputado George Melo continua – Essa estrada é pio do que a que o Neudo fez? Era melhor naquele tempo?

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado, acompanhei atentamente o seu discurso. Vossa Excelência lançou dados numéricos da questão orçamentária do Estado. Eu tenho cada abertura do orçamento por excesso de arrecadação, todos os decretos do ano passado e deste ano. Desde o ano passado que pegamos o orçamento do Estado e constatamos que o governo subestima o orçamento. Este ano não será diferente. No ano passado, o governo teve um excesso de arrecadação de mais de 60%, acima do que estava previsto. Isto é fato. Este ano, até agosto, tínhamos 600 milhões a mais de arrecadação. A verdade é que o governo fez despesas não se pautando no orçamento que foi aprovado nesta Casa e, nós tentamos conter esse excesso de despesas quando aqui veio a prorrogação de várias secretarias extraordinárias, muitas delas cabide de emprego. De muitas não sabíamos nem que era o secretário e sequer sabíamos aonde ficava a sede. Mostramos aqui os decretos dos quase 6 mil cargos comissionados criados no Estado, só neste ano. E, quando chega o período de campanha, a coisa se avoluma mais ainda, ou seja, nessas despesas todas foram feitas na grande maioria contando com essa expectativa de excesso de arrecadação. Num Estado em que 80% da receita depende de recursos federais, como é que eu posso fazer despesas contando com o dinheiro que fulano vai me emprestar ou

doar? Esse foi o equívoco do Governo do ?Estado, fazer despesas sem ter receita própria. Para a BR – 174 veio recurso federal e o governo do Estado sequer estava dando a sua contrapartida e fazendo o seu papel de cobrar a aplicação desses recursos. Eu passei dois dias perto de Rorainópolis acampado com os caminhoneiros, por causa de uma greve que eles fizeram. O governador teve que ir lá negociar para liberar a BR – 174, foi quando, em questão de 60 dias, houve uma operação tapa buracos e de lá para cá, em boa parte da BR – 174, as obras não foram concluídas. Já sabemos de desvios de recursos dessa BR até em nível nacional. Um dos motivos da queda do Ministro dos Transportes foi o desvio de recursos da BR – 174, tinha até vídeo de Deputado dizendo que o Deputado A, B, tinha recebido tantos por cento de uma comissão X dessa BR, o que está sendo, inclusive, investigado. Eu e o Deputado Brito estivemos no Ministério Público cobrando providências. O “Luz para Todos” é recurso feral, 64 milhões. Eu acompanho esse convênio de perto. O recurso foi transferido da união para o Estado para atender 9 mil famílias. Hoje, à tarde, eu tenho uma reunião com o Presidente da ELETROBRÁS e com moradores da comunidade do Limão que está vindo cobrar a aplicação desses recursos, pois das 9 mil famílias que deveriam ser atendidas, apenas 4 mil foram contempladas e, não tem mais dinheiro. E o que é pior, devido à falta de pagamento do Estado para o Ministério das Minas e Energia, a CER está impossibilitada de dar continuidade ao “Luz para Todos”. Acredito até que o Governo Federal peca muito em não fazer propagando de suas ações, deixando o governo Estadual tomar para si, obras de sua responsabilidade.

O Senhor Deputado George Melo continua – Com relação à questão do orçamento, Deputado Sampaio, Vossa Excelência imagina se o Estado realmente não fosse comprometido, se a Secretaria de Planejamento não tivesse um orçamento descompromissado, imaginem quanto agora o problema não seria grande com essa crise que estamos vivendo. O repasse dos Poderes provavelmente seriam maiores e o Estado estaria em mais dificuldade ainda. Nós entendemos que o Estado teve extremo zelo com o orçamento. É preciso que a gente avalie de forma mais isenta. Dizer que poderia ter sido feito um orçamento com uma provisão maior, isso poderia criar um problema ainda mais sério nos repasses para os Poderes se tivéssemos feito isto no ano de 2011. Eu não estava ainda aqui, mas acompanhei a evolução desse orçamento e, para minha surpresa, nem crescimento previsto pôde ser planejado porque era 10% se fosse, certamente não teríamos atingido praticamente um percentual em nenhum mês desse ano.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – O papel da oposição é esse, é fazer o contraponto, colocar suas posições, exercer o contraditório, mas Vossa Excelência está esquecendo que nesta Legislativa existe o maior bloco de oposição de todos os governos que por aqui passaram. Das Mensagens que o Governador mandou para cá, na grande maioria, inclusive do empréstimo, a oposição votou como governo. Eu quero parabenizar a postura da oposição pelo reconhecimento do que está sendo feito, porque tudo que o governador mandou para cá, grande parte da oposição votou com o governo, é só pegar os resultados aqui, inclusive do empréstimo para infraestrutura, que foi quase unanimidade, só houve um voto contrário. Quando houve a escolha do ex-Deputado Rodolfo B raga, entre várias pessoas que vieram às indicações do governo, a oposição votou a favor. Eu quero lembrar que a oposição votou durante toda gestão do atual governo, a favor do governo do Estado.

O Senhor Deputado George Melo continua – Eu quero agradecer pelo seu aparte e dizer que feliz da Assembleia que tem uma oposição consciente. Parabéns à oposição. Acho que o Parlamento é isso, um lugar onde existe o debate, existe briga, mas o Estado é maior que as questões pessoais. Vossa Excelência lembrou bem, embora nós tenhamos debates, muitas discussões nesta Casa, na hora da votação, a oposição também foi extremamente coerente. Acho que esse é o caminho para enfrentarmos as crises. Passaremos por um momento difícil, mas tenho certeza que o grande vencedor certamente será o Estado. Muito obrigado. O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais Orador, insisto, passaremos para a Ordem do Dia. Discussão e votação do Requerimento nº 052/11, que “Dispõe sobre a cobrança de serviços médicos e de saúde prestados pelo Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria, e do Requerimento nº 041/12, requerendo a convocação do Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Luiz Renato Maciel de Melo, para que preste esclarecimentos em relação à lei Estadual 215/98, que dispõe sobre incentivos fiscais para o setor produtivo e, sobre o Decreto nº 14607, alínea “e”, que modifica a referida lei, entre outros, em

Audiência Pública que será realizada em data a ser designada por esta Casa, juntamente com os demais membros da sociedade, órgãos, cooperativas, sindicatos e instituições que tenham interesse no assunto, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que procederá à leitura do Projeto de Lei nº 052/11 e do Parecer da Comissão de Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Lei 052/11 e Parecer.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão do Projeto de Lei 052/11.

O Senhor Deputado Naldo da Loteria – Senhor Presidente, esse projeto recebeu o Parecer favorável na Comissão com o voto a favor dos Deputados, com exceção do da Deputada Aurelina. Tal projeto vem viabilizar recursos para a saúde, uma vez que os planos de saúde do Estado usam a UTI do HGR para suprir a demanda dos seus conveniados, não ressarcindo o poder público. A saúde pública precisa de gestão e moralização da saúde, pois hoje a saúde encontra-se numa situação difícil justamente por mau gerenciamento.

O Senhor Deputado Joaquim Riz – Presidente, eu sou favorável ao projeto. Veja bem, você paga um plano de saúde por exemplo da UNIMED, do Plano de Saúde Bradesco, que são planos caros, e toda vez que um paciente precisa usar a área de oncologia, nenhum plano desses tem aqui no Estado, você vai ter que recorrer a área pública. Quando você precisa usar a UTI, na UNIMED só semi UTI, você recorre para o médico particular e ele encaminha o paciente para a UTI do Estado, depois a corda arrebenta do lado mais fraco, daquele que precisa realmente usar a saúde pública. E o que ocorre é que a saúde pública, de alta complexidade, fica sendo usada por aqueles que na realidade não precisam, que estão na rede privada e são encaminhados para a rede pública. Sou favorável a esse projeto, porque isso vai fazer com que os planos de saúde paguem quando os pacientes são encaminhados para a área da oncologia, cardiologia, ou seja, para a área de toda alta complexidade que a UNIMED não atende, pois ela não faz cirurgia de alta complexidade. Os planos de saúde encaminham os pacientes para a rede pública, cuja responsabilidade é atender aqueles que não têm plano de saúde. Portanto, acompanho o projeto do Deputado Naldo.

O Senhor Deputado Eci de Moraes – Senhor Presidente, quero me reportar a discussão na Questão de Ordem da Sessão anterior, em que esse projeto chegou a ser apresentado. Eu perguntei se a Consultoria Jurídica da Casa teria sido contrária ou favorável, e me foi dito, naquele dia, que tinha sido favorável. Se favorável fosse, votaria a favor do projeto sem nenhum problema. Agora, sou surpreendido ao dizerem que a consultoria foi contra.

Gostaria que fosse lido o Parecer da Consultoria.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Parecer da Consultoria Jurídica.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Parecer.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Eu entendo que o fato do cidadão ter um plano de saúde privada não o impede de usar os serviços públicos do SUS. Por exemplo, todo mês vem uma equipe de fora e se soma aos médicos daqui para fazerem cateterismo e angioplastia, que é uma necessidade premente da população. O cidadão tem o plano de saúde, mas a UNIMED aqui não realiza essas cirurgias, o paciente teria que se deslocar para outro centro, ter outras despesas, encarecendo mais ainda os gastos. O fato de eu ter o plano de saúde privado, não me tira o direito de ser também usuário do SUS. Essa é uma questão complicada.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, acho que a ideia do Deputado Naldo é muito boa. Gostaria de fazer uma sugestão ao Deputado. Vossa Excelência concordaria em continuar com o projeto, mas colocando uma proposta autorizativa, porque nesse caso ficaria bem mais fácil o Deputado definir como proposta autorizativa, o que não vai alterar absolutamente em nada a proposta original do seu projeto. E, ao governo do Estado cabe a responsabilidade fazer ou não, mas cabe também ao autor do projeto cobrar para que o chefe do poder executivo discuta, porque os planos de saúde realmente deixam a desejar. Então, gostaria de votar no seu projeto, mesmo da maneira que está. O governo vai se ater na questão Constitucional, vai vetar o seu projeto, vai mandar para a Assembleia Legislativa e nós vamos mais uma vez, secretamente, nos colocar numa situação de constrangimento, ou acatando o veto, ou derrubando o veto do Governo. Vossa Excelência vai ter que brigar na justiça pelo direito de fazer com que sua lei seja cumprida, porque ainda vai encontrar esse problema, se é autorizativo ou não. O Governo vai fazer se quiser, vai

montar um planejamento dentro da saúde e executar o projeto. É uma sugestão. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem – Presidente, preste atenção no que vou colocar. Sobre o que o Deputado Erci falou, ninguém deixará de ser atendido pelo SUS na rede pública do Estado, na média e alta complexidade? O que eu entendi desse projeto foi que se amanhã um usuário, como eu, da UNIMED precisa fazer uma angioplastia no hospital do governo, o governo mandará a despesa para a UNIMED pagar, porque o usuário paga o plano dele. Agora, ele está dizendo que precisa se deslocar para Manaus, Rio de Janeiro. A UNIMED não vai pagar por esse serviço, porque não pode pagar para os médicos que estão vindo por conta do contribuinte, do cidadão. Eles estão vindo porque o dinheiro é público, é nosso. A UNIMED não pode reembolsar o Estado para que melhore o atendimento que está sendo dado, que é precário, ao povão. Quem pode pagar o plano da UNIMED, quem pode pagar um Seguro Bradesco, não vai deixar de ser atendido na rede pública, ele vai ser atendido porque é constitucional, mas o Estado mandará a fatura para empresa que faz o plano do cidadão para que seja reembolsado, porque ele está tirando a oportunidade de atendimento do usuário que não tem plano de saúde, que é quem mais precisa da rede pública do Estado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, na realidade eu não li o projeto do Deputado Naldo, mas sempre discutimos esta questão com os médicos, com relação ao serviço público. Acho que o seu projeto é extremamente oportuno, a única coisa que precisamos saber é sobre a legalidade, porque, Deputado Erci, não se trata de uma questão de não fazer opção pelo SUS. Por exemplo, um paciente que se operou na UNIMED e o caso complica, para fazer uma ressonância, vai fazer pela UNIMED. Uma vez que é transferido para o HGR, ele deixa de gerar despesas. O que o Deputado Joaquim destacou foi muito bem colocado, pois é uma compensação dos planos de saúde. Se eu tenho um plano de saúde eu faço uma opção por ir direto para o Hospital Geral e não para uma clínica, porque o atendimento do Hospital Geral é mais seguro que o atendimento das clínicas quando se trata de atendimento de alta complexidade, como ficaria essa questão sendo que foi uma opção minha, pela falta de equipamento da UNIMED? Então nós deveríamos ver isso. Seria interessante se o Deputado pudesse retirar o seu projeto para ele não ser votado hoje, no intuito de fazermos uma discussão mais ampla sobre essa questão, para que o Estado pudesse cobrar dos planos de saúde o ressarcimento ao Estado. Essa é uma questão que nós já discutimos e a única coisa que precisamos verificar é a questão da legalidade e da cobrança. Quer dizer, o cidadão tem duas opções: ter plano de saúde e, ao mesmo tempo, ser usuário do SUS. Eu tenho um plano de saúde, Deputado Erci, com o qual eu posso me consultar com qualquer médico particular que eu quiser. EU pago do meu dinheiro, depois ele faz o ressarcimento de 60 ou 70% do valor do que eu gastei. Então, também poderia ser feito dessa forma com todos aqueles que já têm plano de saúde e usam a estrutura do governo do Estado, para que pudessem de uma forma ou de outra, contribuir com aqueles que não tenham, porque os planos de saúde aqui em Roraima, a gente há de convir, usufruem da rede pública em benefício de seus segurados. Então, por isso que eu acho que essa é uma questão que nós deveríamos discutir melhor, envolvermos alguns segmentos da sociedade no sentido de que pudéssemos efetivamente fazer uma lei, não como a grande maioria que a gente faz aqui, que se tornam inócuas, e quando vamos usufruir, entram com uma ação, derrubam, tiram, não pagam. Então, eu acho que poderíamos discutir essa questão que é importantíssima para a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e para a população de Roraima. Se nós pudéssemos pegar esse seu projeto e envolvê-lo numa discussão mais ampla, poderíamos efetivamente, tirar uma ideia daquilo que todos aqui gostaríamos que acontecesse.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Deputado, eu queria dizer que o relatório pela não aprovação da matéria foi de minha autoria, não negando, Deputado Naldo, a importância do projeto, justamente para evitar que uma matéria de tamanha importância pudesse ser vetada pela inconstitucionalidade de ser matéria privativa do Executivo. Esse foi o meu objetivo. É isso que diz o parecer da Consultoria Jurídica e que diz a Constituição. Agora, não tenho dúvida da importância do projeto, apenas quis evitar que ele pudesse ser vetado por várias razões. Não é normal, por exemplo, dizer que porque eu tenho um plano de saúde, não posso optar. Em vez de eu querer ir para o Hospital da UNIMED, eu posso querer ir para o Hospital Geral. Essa é uma opção minha, ninguém me tira o direito de fazer essa opção. Agora, tem um outro lado da questão, que é a

importância do projeto do Deputado Naldo. Há casos em que o plano de saúde, o contrato assinado pelos usuários, preveem determinados serviços que a UNIMED não oferece aos seus associados e que o Estado dispõe. Por exemplo, há casos em que a pessoa precisa de UTI, cujo custo é muito alto para os hospitais, de repente, se a pessoa precisa ficar um mês na UTI, repassam os custos para o Estado arcar e, esses casos são de obrigação dos planos de saúde. Por isso, o projeto, Deputado Naldo, tem uma importância imensa. É um projeto, como disse o Deputado Célio, que deve ser melhor analisado para que ele não venha depois, por alguma razão, a ser vetado. Eu acho que é uma matéria que merece atenção e que precisa realmente ser analisada. Então, o meu parecer não foi pela não importância do assunto, mas porque veio um parecer consolidado da Consultoria Jurídica em que alguns artigos, até por iniciativa do projeto não estariam corretos. E, todos nós sabemos que mesmo a gente o aprovando, ele vai chegar depois para análise da PROGE e vai ser vetado pela importância que tem, por ser um projeto justo. O meu parecer é um parecer de membro da Comissão de Constituição e Justiça. E, seria muita irresponsabilidade eu passar por cima de um parecer de inconstitucionalidade. É simplesmente por isso, essa é a razão. E, queria enaltecer a importância do projeto, que deve ser arrumado de forma que possa prevalecer a sua mensagem principal. Obrigada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Naldo, de antemão, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Vossa Excelência detectou o quanto isso é importante para o Estado e para o cidadão que usa o serviço público de saúde, assim como o serviço de saúde da iniciativa privada, até porque o cidadão, Deputado Joaquim, quando tem um plano de saúde, declara no imposto de renda e abate o seu custo junto ao leão. Então, é mais do que justo, mesmo que o cidadão tenha plano de saúde, como falou Vossa Excelência, que ele possa desfrutar do serviço público de saúde através do SUS. Não há distinção entre aqueles que têm plano e aqueles que não têm. Mas também, é injusto com aquele cidadão que contribui com o imposto de renda, não ter nenhuma dedução por ter plano de saúde. Esses vão ser deixados para trás, vamos dizer assim, nesse processo onde o cidadão paga o plano de saúde e, na hora que vai desfrutar do plano, o serviço não é oferecido. Então, é mais do que justo provocarmos essa discussão. Agora, nós queremos fazer uma lei que seja aplicada.

Deputado Naldo, eu me somo a Vossa Excelência. Desde já, antecipo meu voto favorável. Gostei muito da sugestão do Deputado Célio Wanderley. Se houver esse comprometimento da base governista, promoveremos essa discussão junto aos planos de saúde, ao CRM e a própria Secretaria de Saúde do Estado, visando deixar essa lei regulamentada para que, após aprovada nesta Casa, seja sancionada pelo Governador. Ser contra, não pode atrapalhar a discussão. Vamos aprovar essa lei para funcionar e não para ser uma lei apenas de gaveta. Minha preocupação é esta. Sabemos que o problema da saúde, como bem falou o Deputado Naldo, é tudo uma questão de gestão. Então, eu acho que o projeto é válido. Recurso tem na saúde do Estado, mas acho que todo recurso a mais, principalmente esses oriundos dos planos de saúde, viriam sim a contribuir para melhorar a nossa saúde. Então, de antemão, o senhor tem meu voto, pois sua sugestão e, desde já, me coloco à disposição para fazer essa discussão junto à Comissão que for analisar esse projeto.

O Senhor Deputado Naldo da Loteria – para contribuir, quero dizer que o que está havendo hoje na saúde, em relação aos planos de saúde, é o enriquecimento sem causa. Os planos de saúde cobram do paciente eu Governo arca com os prejuízos. Se a saúde precisa de mais recurso, é essa a hora. Quando o Governo é omissivo e não manda matéria que é de sua competência, nós aqui, como legisladores, temos o poder e a competência de mandar o projeto. Esse projeto é importante. Ele, sendo aprovado, mesmo pela metade, vai orientar o Governo do Estado a nos mandar uma proposta nesse sentido. Se não fizermos isso, a discussão vai acabar por aqui, esse conselho nunca vai ser reunido porque não tem interesse em mexer com isso e, o projeto vai acabar em nada. O que vai acontecer é que os planos de saúde vão ter que instalar UTI, oncologia para atender seus clientes e isso vai melhorar o atendimento dos usuários dos planos. Então, quero manter o projeto, pedindo que cada um vote com sua consciência, pois quem acha que a saúde está bem e não precisa cobrar dos planos de saúde, tudo bem. A Consultoria Jurídica emite parecer com dois pesos e duas medidas. Existem matérias inconstitucionais, mas que o deputado vai lá e a Consultoria muda o parecer. Então, acho que se a Consultoria Jurídica tivesse um peso só, com certeza eu teria retirado o projeto. Porém, vamos manter o projeto e os deputados que forem favoráveis, com certeza estarão contribuindo com o Estado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem – Presidente, deixa eu explicar de novo. A regulamentação dessa lei pode ser feita pelo Governo do Estado, lógico e evidente, não há nada de inconstitucional. Qualquer cidadão pode usar o sistema SUS. Agora, o que eu noto, e percebo, e aí a senhora como mãe e como mulher tem muito mais sensibilidade do que eu como homem, e preste bem atenção no que eu vou colocar, é que os planos de saúde, toda vez que há alta complexidade, eles encaminham as pessoas para a urgência ou emergência da rede pública do Estado. Isso prioriza, dá privilégio para quem paga Plano de Saúde, em detrimento, como disse o Deputado Sampaio, de quem não pode ter plano de saúde. É muito simples se saber quem tem plano de saúde, pois é declarado no imposto de renda. Agora, que há um privilégio, há, e quem diz é quem tem plano de saúde como eu tenho, pois meu plano da UNIMED não presta. Se eu for à UNIMED e precisar de atendimento de urgência, vou ter privilégio em detrimento de quem mais precisa na urgência e emergência do Hospital Geral ou da Maternidade do Estado. Por esse motivo, eu voto no projeto do Deputado Naldo. E, o Estado tem a obrigação de aprovar a regulamentação. Sobre a inconstitucionalidade aqui, o Deputado Rodrigo ressaltou a questão dos agentes de saúde, projeto provado aqui que criava despesas para o Estado. Eu coloquei um projeto aqui, que diz respeito às mães que vão doar leite na maternidade, para que elas fossem liberadas do serviço no dia que fizesse doação, mas alegaram aqui a inconstitucionalidade do projeto. Por essas razões, sou favorável ao projeto do Deputado Naldo.

O Senhor Deputado Jalsler Renier – Senhores Deputados, o projeto do Deputado Naldo é autorizativo, ou seja, o Governo faz se quiser. Então, está nos moldes de uma complacência da Assembleia Legislativa aprovar a matéria em detrimento do Deputado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-o em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

O Senhor Deputado Erci de Moraes pede justificativa de voto – O meu objetivo era proporcionar a discussão e ela ocorreu, normalmente, quando o projeto foi declarado inconstitucional no parecer da Assessoria Jurídica. Eu costume não votar a favor, mas convencido pela alta relevância desse projeto, de modo a proporcionar ao Estado que regularmente essa lei e, com isso, entrará maior receita, eu votarei conscientemente favorável ao projeto.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 052/11, que “Dispõe sobre a cobrança de serviços médicos e de saúde prestados pelo Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Deputado Naldo da Loteria, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 041/12, requerendo a convocação do Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Luiz Renato Maciel de Melo, para que preste esclarecimento em relação à lei estadual 215/98, que dispõe sobre incentivos fiscais para o setor produtivo e, sobre o Decreto nº 14607, alínea “e”, que modifica a referida lei, entre outros, em audiência pública que será realizada em data a ser designada por esta Casa, juntamente com os demais membros da sociedade, órgãos, cooperativas, sindicatos e instituições que tenham interesse no assunto, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) procede à leitura – Lido o Requerimento nº 041/12.

a Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – em discussão o requerimento nº 041/12.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Esse Requerimento já foi lido na Sessão passada. Na quarta-feira, nós tivemos a oportunidade de discutir a questão do Requerimento. Hoje, às quinze horas, o Secretário deve comparecer aqui na Assembleia junto com o Secretário do IPER, para prestarem esclarecimentos à Comissão de Finanças e a todos os Deputados que tiverem interesse de fazer questionamentos. Nós temos hora para chegar, mas não teremos para sair e o secretário estará presente aqui. Então, vamos trazê-lo hoje aqui e segunda-feira de novo? Acho que é desnecessária essa convocação. Gostaria de pedir ao Deputado Brito para que compareça hoje, pois se ele quiser, eu fico até dez horas da noite para que o Secretário esclareça todos os itens da 215, no intuito de que possamos esgotar esse assunto hoje, para que possamos conseguir trabalhar sem essas questões.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputado Célio, um pedido de Vossa Excelência é sempre uma ordem para mim. Eu entendo perfeitamente

que o Secretário de Fazenda vai estar aqui na Comissão de Orçamento para que possamos conversar sobre o orçamento, bem como, o Presidente do IPER, também. Na Sessão passada, nós acordamos com o Presidente, Chico Guerra, que esse Requerimento sairia de pauta e que ele só iria oficializar para o Secretário de Finanças do nosso Estado que também estaria em pauta a lei 215, o porquê de cortar esses benefícios e que, seriam convidados também, os membros de algumas associações, o Deputado Naldo da Loteria, a COOPERCARNE, ou seja, a cadeia produtiva, para que possamos juntos deliberar sobre o assunto. E aqui, quero convidar o Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Gabriel Picanço, para participar da reunião com o Secretário de Fazenda e com os demais Deputados, porque é de suma importância a Lei 215 para o nosso Estado, para que ela permaneça com os benefícios que o setor produtivo precisa para ser viável.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira - Senhora Presidente, essa é a única lei de incentivo ao setor produtivo do Estado de Roraima. Nós temos que melhorá-la ou ampliá-la. Deputado Célio, permita-me discordar de Vossa Excelência, pois nós temos que aprofundar essas discussões sobre a Lei 215. Eu desconheço alguém no Estado de Roraima que seja da agricultura familiar e, alguém que seja da agricultura de Roraima beneficiado pela Lei 215. A Lei 215 é para beneficiar empresários que a usam de má-fé, tirando seiscentos, setecentos mil dos cofres públicos do Estado. Portanto, não ampliamos a discussão dessa lei, é inaceitável.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Deputado Chicão, a matéria já foi retirada de pauta pelo autor.

O Senhor Deputado Naldo da Loteria pede Questão de Ordem – Eu só quero dizer ao Deputado Brito que ele fez a coisa certa ao retirar o Requerimento, já que o Secretário vai vir aqui. Se ele realmente não esclarecer, e o tempo não for suficiente para discutirmos a Lei 215, aí sim, cabe o Requerimento para que possamos fazer uma audiência maior e discutirmos com as demais classes.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Portanto, foi retirado de pauta, por solicitação do autor, Deputado Brito Bezerra, o Requerimento nº 041/12.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Eu gostaria de convocar os Senhores Deputados, membros da Comissão de Finanças e Orçamento, e os demais Deputados que solicitaram a presença do Presidente do IPER e do Secretário da Fazenda para que hoje, às quinze horas, se façam presentes na sala de reuniões, para que possam fazer os seus questionamentos e ouvir desses secretários, as respostas. Então, que possamos efetivamente chegar no horário.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, primeiramente, quero dizer ao Deputado Célio Wanderley que mesmo não sendo da Comissão junto ao Secretário de Fazenda e ao Presidente do IPER, pois sempre defendi que realizássemos uma audiência pública para discutirmos as aplicações dos recursos do IPER, uma vez que, uma reunião às portas fechadas com a comissão, denota que esta Casa não quer discutir. Então, vou para essa discussão, pronto para um embate e, não vou aceitar de maneira nenhuma que o Presidente do IPER continue fazendo firula com esta Casa. Estamos aptos a ouvi-lo para tirarmos todas as nossas dúvidas, apesar de já termos uma opinião formada pela má aplicação dos recursos do IPER.

Deputada Aurelina, o Deputado Joaquim Ruiz falou que a oposição sempre vota com o Governo, isso não procede, pelo menos da minha parte, pois eu voto naquilo que entendo que seja bom para a sociedade, independentemente de ser de iniciativa do Governo ou da oposição. Já me posicionei, por várias vezes, contrário ao Governo.

Quero registrar a presença do novo Vereador eleito de Rorainópolis, o trabalhador Luis do Posto, que veio buscar experiência para desenvolver o seu trabalho a frente da Câmara dos Vereadores, a partir de 2013.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Eu fiz uma Indicação ao Governo do Estado dentro daquele projeto que foi liberado aqui. E, não fiz nenhuma crítica à oposição, pelo contrário, a oposição tem votado nos projetos de interesse do Estado. Mas, eu quero aqui agradecer a Indicação que fiz ao Governador do Estado para que fizesse o asfaltamento até a Vila São Francisco, no Município do Bonfim, porque no inverno, a dificuldade daquelas pessoas que moram na beira da estrada é muito grande. E, para minha satisfação, está sendo licitada a obra e será realizado o asfaltamento até a Vila São Francisco.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Eu quero parabenizar os servidores do Estado de Roraima pelo dia do servidor público, transcorrido no último dia 28, e ao mesmo tempo, lamentar pelos servidores do Estado de Roraima que, mais uma vez, sequer foram

lembrados, bem como, lamentar principalmente pelos servidores da Assembleia Legislativa que até hoje não receberam o pagamento e não tem nem previsão para receberem. Quero lembrar também que hoje é o dia das bruxas e que a bruxa está solta no Estado de Roraima, consumindo o dinheiro público do nosso Estado e o governo deixando de honrar os compromissos como o Estado, com os Poderes.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, como líder da oposição quero destacar que quando o Deputado Joaquim falou, não foi em tom pejorativo, mas em tom de deboche que a oposição votava a favor do governo em todos os seus projetos. Eu quero dizer a Vossa Excelência que a oposição votou sim nos projetos que são viáveis para o nosso Estado. Deputado Brito Bezerra, eu gostaria de votar a favor de todos os projetos de autoria do governo que viesse para esta Casa, desde que eles atendessem às necessidades do nosso povo. Agora naqueles projetos que não atendessem as reivindicações populares, que são para fins pessoais e que não serão implementados, eu vou votar sempre contra, independentemente de quem seja, do governo, pode ser até do PP, se não for para atender as necessidades do nosso povo, eu voto contra. E, posso dizer que não recebo nenhum tipo de pressão para votar a favor ou contra, pois o mandato quem me deu foi o povo e aqui eu honro isso. Quero dizer a Vossa Excelência que o comentário do Deputado Joaquim, em tom depreciativo e de deboche, foi infeliz. Muito obrigado.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Primeiro, quero agradecer-lo pelo discernimento. Eu acho que a Assembleia Legislativa não tem lado, quem manda é o povo. Gostaria de dizer ao Deputado Mecias de Jesus que já há uma perspectiva de pagamento dos servidores, pois o restante do duodécimo já nos foi repassado pelo Estado. E, queria fazer uma solicitação ao Deputado Sampaio, pois fiquei preocupada porque houve um determinado momento em que o Deputado falou que nós aprovamos este ano, cerca de 6 mil cargos comissionados. Eu queria saber se o Deputado tem provas de que aprovamos esses 6 mil cargos, porque, de repente, parece que a Assembleia foi responsável ao aprovar neste ano, 6 mil cargos comissionados. Isso seria assinar um atestado de louco para cada um de nós. Acho que eu não estava aqui nesse dia. Talvez, nem em todo o Estado tenha esses cargos comissionados todos, e quando diz que a Assembleia aprovou neste ano, está nos chamando de irresponsáveis. Eu gostaria que depois o Deputado me mostrasse quando fizemos isso, porque a questão não tem nada a ver com o fato do Estado pagar ou não. O que me preocupa é a Assembleia ter aprovado essa quantidade de cargos.

Hoje é o dia da reunião das Comissões temáticas à tarde, a partir das 15 horas, com o Secretário da Fazenda e com o Presidente do IPERR. E, não será a portas fechadas, todos os Deputados que quiserem participar terão acesso à discussão, a qual eu espero que não seja um embate, pois não estamos em guerra, temos a lucidez de discutir para podermos cooperar com aquilo que está errado ou certo. Obrigada.

Não havendo mais quem queira utilizar do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar. Encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 23, à hora regimental.

Estiveram presente os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Romero Jucá e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 31/10/2012

ATAS COMISSÕES

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.

REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM
 07 DE AGOSTO DE 2012.

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, às quinze horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202. De conformidade com a Resolução Legislativa nº 009/12, de autoria da Mesa Diretora deste Parlamento, em seu §1º do art. 1º, as reuniões das Comissões ocorrerão às terças-feiras durante o período de 08 de agosto a 04 de outubro do corrente, no horário de 9h às 17h. Com base na Resolução epígrafada, o Senhor Deputado **Célio Wanderley** reabriu os trabalhos, com a presença dos Senhor Deputado, Membros Titulares, **Flamarion Portela, Marcelo Cabral e Marcelo Natanael.** Ausente o Senhor Deputado **Brito Bezerra.** Abertura: Havendo quorum

regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado **Flamarion Portela**, foi dispensada a leitura da mesma, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-se à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** não houve. **Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 009/12**, que “**Assegura ao consumidor o direito de saber, antes durante a negociação e depois da compra, o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou do serviço**”, de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra. Relator Deputado Flamarion Portela, parecer favorável. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator, proceder a leitura do seu Parecer. O Senhor Presidente submeteu o Parecer à discussão. Submetido à votação, o Parecer do Relator foi aprovado pelos membros presentes. **Projeto de Lei nº 011/12**, que “**Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede privada no Estado de Roraima nas hipóteses que especifica**”, de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra. Relator Deputado Marco Natanael, parecer favorável. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator, proceder a leitura do seu Parecer. O Senhor Presidente submeteu o Parecer à discussão. Submetido à votação, o Parecer do Relator foi aprovado pelos membros presentes. **Encerramento:** O Senhor Presidente, ao encerrar a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos, agradeceu a Deus. E, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião. Para constar, eu, Edelvânia Silva de Oliveira, secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Deputado Célio Wanderley

Presidente

Aprovada em: 30/10/12

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 023/2012, REALIZADA EM DE MARÇO DE 2012.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às nove horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, nos termos da **Resolução nº 023/12**, criada para acompanhar equipe técnica que analisará e emitirá parecer aos relatórios apresentados pelo IPER, composta pelos Senhores Parlamentares: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael e Soldado Sampaio.** Abertura: Assumiu a Presidência dos trabalhos a Deputada **Aurelina Medeiros**, nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Deputados(as): **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael e Soldado Sampaio**, registrando ausência dos Deputados **Marcelo Cabral e Marcelo Natanael.** Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, para **Presidente:** o Senhor Deputado **Célio Wanderley**; para **Vice-Presidente,** a Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**; e para **Relator,** o Senhor Deputado **Ionilson Sampaio.** Continuando, o Senhor Presidente agradeceu a todos pela votação, e solicitou à secretária da Comissão encaminhar ofício ao Tribunal de Conta informando aos Auditores Fiscais designados e ao Instituto de Previdência do Estado, informando os técnicos designados, que haverá reunião da Comissão no dia 27 do corrente, às 15 horas na Sala de reuniões deste Poder. **Encerramento:** Às nove horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, **Edelvânia Silva de Oliveira**, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Célio Wanderley

Presidente eleito

Aprovada em: 27/11/12